



**CERES, 50 ANOS
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE
EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO NO SERIDÓ.**

CERES | UFRN
Centro de Ensino Superior do Seridó

Ações da CPIA do CERES mediante a inclusão de estudantes com necessidades específicas

Isabela Ferreira Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Ceres
E-mail: isabela.ferreira.706@ufrn.edu.br

Francileide Batista de Almeida Vieira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Ceres
E-mail: francileide.almeida@ufrn.br

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência ou com outras necessidades específicas na educação regular e, conseqüentemente, no ensino superior, é resultado de lutas e debates desencadeados ao longo de muitas décadas e intensificados nos últimos anos do século XX. Esses movimentos tiveram uma dimensão internacional e repercutiram no Brasil, de forma bastante acentuada.

Um dos marcos nas orientações de políticas educacionais inclusivas foi a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1997), elaborada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, no ano de 1994. Esse documento defende o “[...] compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (BRASIL, 1997, p. 1).

No Brasil, essas políticas são embasadas pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009), pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A referida política tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos nas instituições regulares de ensino, além de orientar os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

Sob a égide dessas políticas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, promulgou a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas, instituída através da Resolução 002/2022 – CONSEPE/CONSAD (UFRN, 2022). Dentre outras diretrizes, esta política orienta a criação de Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade – CPIAs em cada Centro de Ensino para mediar os processos de inclusão de estudantes com Necessidades Específicas.

Pautado nessa discussão, o presente texto aborda as informações construídas em uma pesquisa realizada no CERES, em que enfocaremos resultados referentes a um dos objetivos da pesquisa, que foi: identificar as ações realizadas pela CPIA visando à inclusão de estudantes com necessidades específicas no âmbito do CERES, no ano de 2022.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se pauta pela Abordagem Qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994), tem como uma de suas principais características o modo pelo qual o investigador procede em determinado contexto e como faz o levantamento de informações. Essa abordagem de pesquisa se mostrou adequada para o estudo do nosso objeto, que busca compreender ações humanas para dar conta do processo de inclusão de pessoas com necessidades específicas no CERES. Para melhor caracterização, definimos a nossa



pesquisa como Estudo de Caso. Conforme define Yin (2010) a opção pela metodologia do estudo de caso deve estar articulada com o tipo de pergunta que norteia a pesquisa.

Para a construção de informações referentes ao objetivo em tela, fizemos uma pesquisa empírica por meio da análise de documentos, tendo como base a Resolução nº 002/2022 (UFRN, 2022), o Relatório Anual da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade – CPIA do ano de 2022 e as Portarias de composição da CPIA do CERES, publicadas pela direção.

RESULTADOS

No que concerne às ações realizadas no ano de 2022, constam no relatório cinco ações mais relevantes, realizadas pela CPIA, no âmbito da unidade, as quais apresentaremos e comentaremos a seguir.

I Encontro da CPIA do CERES – realizado no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e teve como tema: Políticas, Práticas e Desafios da Inclusão na UFRN. Consideramos que a realização desse evento possibilitou aos participantes uma visão mais ampla das políticas adotadas pela universidade, bem como promoveu a escuta e o diálogo sobre as vivências e problemas encontrados na efetivação da inclusão.

II Ciclo de Formação da CPIA do CERES - Curso realizado em três encontros, com duração de duas horas cada, destinado a professores, alunos e pessoas interessadas em conhecer estratégias facilitadoras da inclusão de alunos cegos ou com baixa visão e se realizou de modo remoto, através do Google Meet. A proposição do curso se justifica em decorrência da presença de uma estudante cega que ingressou no Curso de Pedagogia do CERES, no ano de 2022.

O encontro de formação teve os seguintes temas: Como elaborar documentos digitais acessíveis para pessoas com deficiência visual; Eu vejo o que você diz: audiodescrição no contexto acadêmico; Acessibilidade metodológica: estratégias inclusivas no ensino para pessoas com deficiência visual. O curso, contribuiu para a formação de saberes relacionados à elaboração de documentos digitais acessíveis para facilitar a prática pedagógica desenvolvida com pessoas com deficiência visual. Também buscou direcionar quanto à realização da audiodescrição no contexto acadêmico e, ainda, propiciar reflexões sobre estratégias pedagógicas inclusivas no ensino para pessoas com deficiência visual.

Reunião com o Colegiado do Curso de Direito - a reunião foi proposta pela CPIA com a finalidade de discutir dificuldades, demandas e encaminhamentos acerca da inclusão de um aluno com deficiência auditiva, matriculado no referido curso e que contou com a presença do coordenador e professores que ministram componentes em que o estudante está matriculado. Analisando essa ação, entendemos que o diálogo entre docentes e discentes é primordial para que as mudanças aconteçam.

Reunião com Coordenadores de Cursos de Graduação do CERES – teve por finalidade discutir a política de inclusão e acessibilidade na UFRN. Os membros da CPIA ouviram os relatos dos coordenadores referentes às demandas dos alunos com necessidades específicas. De acordo com o relatório analisado, nesta reunião foram feitos os seguintes encaminhamentos: sugestão de participação de servidores da SIA no evento de recepção aos ingressantes, em 2023 e oferta de formação aos professores sobre Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Acerca disso, nas relações estabelecidas pela universidade é primordial que o diálogo e a conformidade com a política andem juntas.

I Sarau da CPIA do CERES – realizado no mês de novembro, na Praça Chico Xavier, que o principal espaço de convivência do CERES, e contou com a participação de grupos de alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com estudantes com necessidades específicas do CERES e, também, com outros estudantes. Certamente, a estimulação de encontros como esse promovem a mudança de pensamento, de olhar e a



**CERES, 50 ANOS
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE
EXCELÊNCIA PELA EDUCAÇÃO E
INCLUSÃO NO SERIDÓ.**

CERES | UFRN
Centro de Ensino Superior do Seridó

reflexão acerca da inclusão. Desse modo, essas ações colocam o alunado como protagonista da sua própria formação educacional, e promovem a participação de toda a comunidade acadêmica, além de envolver a comunidade externa à universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, identificamos que a CPIA do CERES vem desempenhando a função para a qual foi constituída, visando à inclusão de estudantes com necessidades específicas em observação à atual política de inclusão da universidade. Destacamos o seu papel na promoção do diálogo entre professores e alunos, assim como na promoção de formação e troca de experiências para a construção de posturas e práticas inclusivas.

Destacamos o reconhecimento de que as políticas educacionais inclusivas propostas pelo Estado têm fomentado a participação de um número cada vez mais crescente de estudantes no ensino superior. Consideramos, ainda, que essas políticas são recentes e que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão plena, de fato, aconteça. Contudo, pela realidade analisada, é possível dizer que estamos no caminho, visto que percebemos ações institucionalizadas pela UFRN para tornar o ambiente acadêmico um lugar acolhedor e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. CPIA do CERES. Estudantes com Necessidades Específicas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à UFRN/PROPESQ pela concessão da bolsa PIBIC, que nos oportunizou a participação neste importante programa.

Referências (NBR 6023)

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD**, de 10 de maio de 2022. Atualiza a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.